



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **0011995-05.2016.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**  
Requerente: **Waldir Aparecido Rosante**  
Requerido: **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**Waldir Aparecido Rosante**, devidamente qualificada nos autos, requer habilitação de crédito nos autos de Recuperação Judicial e Falência da empresa **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**, invocando sua natureza trabalhista, apontando para tanto o valor de R\$ 45.229,25.

Manifestação do Administrador Judicial às fls. 38/42 e do Ministério Público às fls. 46, posicionando-se pela inclusão do crédito de R\$ 35.250,39 em favor de Waldir Aparecido Rosante, classificado como trabalhista.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os documentos que instruem a inicial comprovam a existência do crédito, decorrente de reclamação trabalhista, logo, de natureza preferencial.

O Administrador Judicial opinou pela procedência, apresentando, todavia, o valor de R\$ 35.250,39, em razão de cálculo apresentado até a data da decretação da falência, seguindo mesmo sentido o Ministério Público.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Procede o argumento do Administrador Judicial, tendo em vista que a habilitação de crédito deve ter seu valor atualizado até a data da decretação de falência ou do pedido de recuperação judicial, conforme disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/05.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a habilitação para o fim de deferir a inclusão do crédito em nome de WALDIR APARECIDO ROSANTE, no importe de R\$ 35.250,39 (trinta e cinco mil duzentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), no Quadro Geral de Credores, na categoria preferencial trabalhista.

Não há condenação em verba honoraria em razão da natureza do incidente.

Dê-se ciência ao Administrador Judicial para as providências cabíveis.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 25 de outubro de 2017.